

A ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE E NEGRA: UMA ESCOLA EXCLUDENTE EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

LITERACY OF THE POOR AND BLACK POPULATION: AN EXCLUDING SCHOOL IN AN INEQUAL SOCIETY

Luciana Nogueira da Silva¹
Universidade Estadual de Goiás

RESUMO

O referido artigo tem o objetivo de discutir a alfabetização excludente destinada à população pobre e negra na escola em busca de uma prática inclusiva que entenda a condição sócio-histórica dos seus alunos e que assim possa promover desenvolvimento na perspectiva emancipatória e não apenas disciplinadora. Tendo em vista a necessidade de entender a desigualdade social e o racismo que permeiam o universo educacional, a metodologia para o desenvolvimento desse estudo teve uma abordagem qualitativa (Oliveira, 2008), e foi desenvolvido por meio da Pesquisa Bibliográfica (Gil, 2008). Como aporte teórico principal, o referido estudo partiu da concepção defendida por Theodoro (2022) que faz um percurso na história brasileira trazendo elementos que confirmam o racismo como combustível da sociedade desigual. O embasamento teórico dessa discussão ainda contou com Almeida (2019); Bento (2002); Brito (2019), (2018); Brasil (2003), (2003), (2004); Fanon (2008); Gomes (2005), (2012); Munanga (2005); Nogueira (2011), (2012). Os primeiros resultados da discussão levam ao entendimento que a escola e suas práticas alfabetizadoras não incluem às necessidades educacionais das crianças negras majoritariamente pobres, relegando-as a uma aprendizagem margeada em um contexto excludente marcado pela branquitude e seus valores.

Palavras-chave: Desigualdade; Racismo; Branquitude; Alfabetização; Inclusão.

ABSTRACT

The aforementioned article aims to discuss exclusionary literacy aimed at the poor and black population at school in search of an inclusive practice that understands the socio-historical condition of its students and can thus promote development from an emancipatory perspective and not just a disciplinary one. Considering the need to understand social inequality and racism that permeate the educational universe, the methodology for developing this study had a qualitative approach (OLIVEIRA, 2008), and was developed through Bibliographic Research (GIL, 2008). As its main theoretical contribution, the aforementioned study departed from the conception defended by Theodoro (2022), who travels through Brazilian history bringing elements that confirm racism as a fuel for an unequal society. The theoretical basis for this discussion also included Almeida (2019); Bento (2002); Brito (2019), (2018); Brazil (2003), (2003), (2004); Fanon (2008); Gomes (2005), (2012); Munanga (2005); Nogueira (2011), (2012). The first results of the discussion lead to the understanding that the school and its literacy practices do not include the educational needs of mostly poor black children, relegating them to marginalized learning in an exclusionary context marked by whiteness and its values.

Keywords: Inequality; Racism; Whiteness; Literacy, and; Inclusion.

¹Doutora em Direitos Humanos e Cidadania e Mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Pedagogia e em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), além de especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente, atua como Coordenadora da UEG – Unidade Universitária de Campos Belos, onde também é docente efetiva, e é professora da Rede Municipal de Educação de Campos Belos onde atua como professora alfabetizadora desde 2003.

INTRODUÇÃO

O branco quer o mundo;

ele o quer só para si.

Ele se considera o senhor predestinado deste mundo.

Ele o submete, estabelece-se entre ele e

o mundo uma relação de apropriação.

(Fanon, 2008, p.117)

O referido artigo discorre sobre duas condições, uma que queremos afirmar, e outra que queremos aniquilar. Queremos afirmar a negritude. Em outras palavras, é bom ser negro e ruim ser pobre. Talvez poderia escolher usar o termo “empobrecidas” para me referir às condições econômica e social do pobre, mas não é justo amenizar a situação. A escolha da palavra “pobre” tem a intenção de ir direto ao ponto, sem rodeios, para provocar o entendimento que crianças sem recursos financeiros passam por várias privações relacionadas ao acesso à educação, moradia e alimentação e elas estão na escola. Sofrem com essa condição na escola.

As crianças pobres são empobrecidas diariamente na escola quando sua fala, sua roupa, seus cadernos ou canetas que não podem comprar, vão se colocando como empecilhos de aprendizagem e as anulando enquanto indivíduos. O objetivo deste trabalho é discutir a alfabetização dos pobres e negros na escola. Sim, crianças pobres, vítimas da desigualdade social e crianças negras vítimas de racismo, estão na escola e precisam se desenvolver academicamente, mas só é possível se o seu direito à educação for garantido a partir de um processo de alfabetização emancipatório e não apenas disciplinador. Os filhos da classe trabalhadora, das populações pobres e negras estão na escola sob a égide da branquitude, do racismo e da pobreza produzida historicamente com a exclusão da educação de qualidade. As garotas e os garotos negros são silenciadas diariamente no espaço escolar por meio de atitudes preconceituosas e da invisibilidade.

Com a finalidade de discutir a alfabetização das crianças negras e pobres, o presente trabalho se organiza em três partes. No primeiro tópico sob o título: *Branquitude na escola: a violência da cultura branca* chama atenção para o ambiente escolar que se apresenta como espaço em que o universo branco impera escanteando a criança negra. O terceiro tópico com o título: *Por uma educação antirracista: políticas curriculares e ações pedagógicas*, defende a necessidade da construção de um conhecimento para além do senso comum, que extrapole a teoria e se materialize em práticas de combate ao racismo na escola.

BRANQUITUDE NA ESCOLA: A VIOLÊNCIA DA CULTURA BRANCA

O racismo é uma violência em um cenário polarizado por duas ideologias, a branquitude em relação ao racismo. Essa dualidade, é centrada, de um lado por um algoz opressor, e de outro lado, por um opressor em uma relação desumanizante. Miranda e Santos (2021, p. 120) conceituam a “branquitude como a pertença étnico-racial das pessoas brancas e um local de privilégios simbólicos e materiais.” Resultado de um construto sócio-histórico violento que nutre o racismo e favorece o branco. Uma rede de relações que hierarquiza o branco e o negro, destacando um para ser superior juntamente com toda sua cultura e o outro para ser subalterno, inferiorizado, de menor valor. “o privilégio branco significa que sua raça afetará de forma positiva a sua trajetória de vida e que não é necessário pensar sobre isso.” (Miranda; Santos, 2021, p.129). O branco é a cor, é a raça que racializa as populações negras sem se preocupar sem racializar a própria. A branquitude é o poder ideológico pelo qual se materializa toda a violência de sua supremacia. branquitude é uma violência.

Oyèrónkè Oyèwùmí, importante pesquisadora e escritora iorubá, escrevendo sobre sua jornada na academia, revela que se descobre “negra” nos Estados Unidos, identidade que até então ela não tinha. No contato com o branco, a cor da sua pele, se revela. Para Fanon (2008) “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contacto com o mundo branco.” (p. 129). Sobre esse choque que se dá por meio do contato do negro com o mundo do branco, Fanon (2008), faz referência a novas gerações de estudantes que chegam à Paris, segundo o autor martinicano “[...] é preciso algumas semanas para que eles compreendam que o contato com Europa obriga-os a colocar um certo número de problemas que até então não tinham vindo à tona.” (Fanon, 2008, p. 136). Estudantes negros que entram em uma realidade rodeada de cultura branca e percebe o quanto a demarcação branco/negro do apartheid está em todo lugar, não mais com placas que identificam “banheiros para negros” e “banheiros para brancos”, mas nas mentes das pessoas que se materializam nas práticas cotidianas, nas relações sociais, nas ações do Estado.

Segundo Bento (2018, p. 125) a “Branquitude conforma uma maneira de conceber e atuar no mundo.”. Assim direciona os pensamentos, os olhares, as perspectivas. Como parte dessa sociedade, importa destacar; é racista, temos a escola que é uma instituição estatal e social. Ao mesmo tempo que é parte da sociedade é instrumento educativo a serviço do Estado. A cultura branca é uma violência que invade a escola e a simples presença da figura da criança branca ofende a criança negra. A sociedade legitima que o branco com sua pele clara e seus cabelos

louros são sinônimos de beleza. Segundo Theodoro (2022, p. 73) “a branquitude revela-se como fator de diferenciação e, ao mesmo tempo, fonte de privilégio.” Os livros didáticos, os contos de fadas, a representação dos heróis como a Branca de Neve e a Cinderela com os seus cabelos amarelos que dói nas vistas são violência às crianças negras que veem no livro didático pessoas de sua cor em histórias de escravidão.

Sílvio Almeida (2018) questiona a capacidade de educação emancipar, tendo em vista que ela mais domestica, ou seja, coloca ordem nas coisas, cada um no seu lugar, que de fato emancipa. Nos convida assim, a pensar sobre o papel da educação na reprodução do racismo. Segundo o referido pesquisador, professor universitário e escritor que denuncia a existência do que conceitua como “racismo estrutural” (Almeida, 2019) atuando nas entranhas da sociedade brasileira, que por sua vez tem ao seu serviço um sistema educacional racista “para reproduzir as condições subjetivas do racismo.” Segundo Almeida (2018) o racismo “faz parte de todos os projetos e dos processos educacionais” que tem nas políticas educacionais os meios para se reproduzir.

Para Almeida (2018) não podemos pensar a sociedade racista sem pensar a escola, e todos os seus processos, como reprodutora e parte integrante da sociedade racista. Nessas condições, a escola é para muitas crianças, como foi para o referido autor, o primeiro lugar onde se descobre negro e que se experimenta racismo. “Toda pessoa negra tem duas certidões de nascimento, a oficial e aquela que lhe é atribuída pelo racismo. No dia que ela sofre a primeira discriminação ela entende que é negra.” (min. 0:50). Segundo Silvio Almeida (2018) precisamos entender que a educação é importante, que é fundamental para desmontar desde que a gente entenda que nós fazemos parte do problema que estamos mergulhados, porque não é possível que um país possa se desenvolver tratando como lixo 54% da sua população.

A ideologia da branquitude é mais forte que o próprio branco enquanto indivíduo. Ela ganha vida e poder além da cor, e se no Brasil não há indivíduos brancos de fato, como questiona Miranda; Santos (2021) embasados em Liv Sovic (2004). Almeida (2019, p. 37) ainda sustenta que o branco brasileiro não é o branco europeu e nos EUA é considerado “não branco” ou ainda o branco pobre que Almeida (2019, p. 50) o localiza como branco periférico. O fato é que, a branquitude como ideologia contamina a sociedade de forma sutil penetrando as relações sociais. Porque já não é mais o fato de ser branco ou preto, a branquitude estará presente no cabelo crespo esticado, seja ele na cabeça do branco, mestiço, pardo ou negro.

Segundo Munanga (1999) a própria identidade brasileira é prejudicada pela ideologia e pelo ideal do branqueamento:

Se todos (salvo as minorias étnicas indígenas), negros, mestiços, pardos – aspiram à brancura para fugir das barreiras raciais que impedem sua ascensão socioeconômica e política, como entender que possam construir uma identidade mestiça quando o ideal de todos é branquear cada vez mais para passar a categoria branca? (Munanga, 1999, p. 108)

Como defende Almeida (2019) [...] só se é “branco” na medida em que se nega a própria identidade enquanto branco, que se nega ser portador de uma raça. Ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma.” A raça é uma invenção da branquitude para enquadrar o negro como não branco. “Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto!” (Fanon, 2008, p. 108)

Não é apenas a pigmentação da pele, mas todo um conjunto de aspectos que vai construindo as identidades e sobrepondo umas as outras. “Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro” (Almeida, 2019, p. 49). O outro lado da moeda da branquitude é o racismo porque há um desequilíbrio de valorização, e os dois são violências.

Em contanto com o mundo do branco, Fanon (2008) apresenta algumas reflexões sobre os olhares os quais o negro é submetido. A avaliação contínua, a provação ou reprovação das suas ações. “Se um médico negro cometesse um erro, era o seu fim e o dos outros que o seguiriam” (p. 109). Ao negro não cabe o privilégio do erro. Precisa ser perfeito em tudo porque se não responderá por todo o povo negro. Uma carga de responsabilidade que a pessoa branca não tem, porque ninguém espera que ela responda por sua raça.

O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse. (Fanon, 2008, p. 107)

A sociedade organizada pelo ideal de perfeição do universo branco e a “Branquitude é o reconhecimento de que a raça, como jogo de valores, experiências vividas e identificações afetivas, define a sociedade.” (Bento, 2002, p.163. Uma sociedade racista na qual a escola está inserida e se contrói por meios de discriminações intitucionalizadas.

Segundo Theodoro (2022, p. 73) a branquitude positiva o racismo em um sistema cruel que minimiza o negro e eleva o mundo branco com seus privilégios de modo que “Ninguém em sã consciência quer ser negro sob a branquitude. Nenhuma negra se identificará com seus heróis na TV ou nos livros, mocinhas e mocinhos todos os brancos, falando para brancos e com prob-

lemática específica dos brancos.”. A criança, em uma violação a sua identidade e um desrespeito a sua cor é levado a se identificar com personagens brancos, em casa e na escola. O negro é o indivíduo que gera pena pelo seu sofrimento no período de escravidão retratado nos livros de história. A criança desde cedo, vai se identificar com os “bem feitos” que fizeram a “caridade” de libertar esses homens tão sofridos.

Lembro-me de que, quando era garoto, costumava ver os filmes do Tarzan no sábado. O Tarzan branco costumava bater nos nativos pretos. Eu ficava sentado gritando: “mate essas bestas, mate esses selvagens, mate-os!”. Eu estava dizendo: “Mate-me!”. (Almeida, 2019, p. 44)

A escola, por meio das suas políticas e práticas, para além das boas, más intenções ou eventos isolados, segundo Bento (2018, p. 130) por meio de ações aparentemente neutras evidencia-se o racismo institucional. As crianças negras de classes desfavorecidas economicamente estão na escola e sofrem com um sistema que parece querer expeli-la durante toda a sua trajetória de modo que aqueles que conseguem se desenvolver tiveram que nadar contra a maré.

Crianças negras compõem, em algumas instituições, o segmento majoritário de classes especiais que abrigam aquelas diagnosticadas como “problemas”, gerando, por parte dos profissionais que cuidam delas, resistências e baixas expectativas quanto a seu futuro. (Bento, 2018, p. 130)

Lutarem contra uma força gerada pela ideologia que naturaliza o fracasso escolar dessas crianças. “A branquitude, enquanto construção social e histórica possibilita aos indivíduos se situarem no interior de uma formação coletiva, sólida, uma comunidade de negação, que nega e exclui da realidade o que não a interessa.” (Bento, 2018, p. 121). A branquitude está na escola, na sala de aula, na avaliação informal do professor, que diante do menor indício de dificuldade de aprendizagem dessas crianças, responsabiliza a família, a situação de pobreza, a falta disso, a falta daquilo sem a adoção de ações que enfrente e resolva a situação.

[...] a branquitude faz dos brancos, sua história, seus costumes, sua estética, sua beleza um amálgama para o padrão referencial da sociedade em geral. A tez branca é a ideal, a norma. O mundo branco é o paradigma. A branquitude é, portanto, a tomada de um estereótipo como modelo e referência. (Theodoro, 2022, p. 71)

Assim, no ambiente que deveria criar situações de aprendizagem rumo a emancipação, vivências de cultura afro-brasileira, da negritude, de enfrentamento dos efeitos da desigualdade social, a escola com suas boas intenções reproduz o mundo do branco como paradigma. Na escola, as crianças entram em contato com o modelo de referência de linguagem, de saberes, de como se vestir, de como ser e estar na sociedade. Uma referência velada, sutil porque ninguém fala: é assim que você deve ser. O como você deve ser, é esfregado na cara todos os dias. O ideal é o branco com todos os seus valores.

ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA: O NEGRO E O POBRE NO CENTRO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A escola se quer inclusiva. A inclusão como projeto que embasa e transversaliza as práticas educacionais têm sido cada vez mais aclamada como um objetivo a ser alcançado. No entanto, não há inclusão educacional se parte dos alunos são excluídos do sucesso escolar. Se crianças negras e pobres ficam às margens da aprendizagem adequada. A alfabetização é uma etapa da educação indispensável para o desenvolvimento de toda a vida escolar das crianças. Quando ela é excludente, nega o direito à educação.

Mais alunos chegaram à escola fundamental, porém estão sobrerrepresentados no grupo com defasagem idade-série. E o problema é ainda mais grave, pois, além de repetirem de ano e/ou frequentarem classes tendo idade superior à esperada, as taxas de evasão dos estudantes negros são expressivamente maiores do que entre os brancos. (Theodoro, 2022, p. 217)

Theodoro (2022) destaca uma escola que passa a receber mais crianças: todos na escola. É o caminho da universalização e da obrigatoriedade que nas últimas décadas do século XX começa registrar mais matrículas. No entanto, o desafio de incluir essas crianças em uma aprendizagem segue como um objetivo ainda distante de ser alcançado, porque estar na escola é só o primeiro passo, agora é necessário garantir o aprendizado. A função de alfabetizar todas as crianças, com qualidade é fracassada quando as suas práticas são excludentes. A qualidade é entendida como um processo inclusivo, em que todas as crianças, inclusive e principalmente, as negras e pobres acessem os conteúdos curriculares.

Uma educação que nada emancipa, antes tem o objetivo de dominar porque suas práticas não contribuem para uma educação antirracista e sim reforça. “Ordem para os negros, progresso para os brancos” (Theodoro, 2022). Em um processo forte e sistemático de exclusão das populações negras foi se empobrecendo o negro e colocando-o em situações precárias de vida com direitos não reconhecidos não garantidos.

Os professores tendem a tratar os alunos conforme os juízos de valor que vão fazendo deles. Aqui começa a ser jogado o destino dos alunos – para o sucesso ou para o fracasso. As estratégias de trabalho do professor em sala de aula ficam permeadas por tais juízos e determinam, consciente ou inconscientemente, o investimento que o professor fará neste ou naquele aluno. É nessa informalidade que se joga o destino das crianças mais pobres. (Freitas, 2005, p.132)

Na escola, o racismo desumaniza a criança e marcam as relações pedagógicas imprimindo nos professores pré-juízos de valores que vão se evidenciando sua prática diária. “A sua atitude é um ritual pedagógico que fortalece o racismo.” (Brito, 2019). Segundo a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios a “taxa de analfabetismo dos pretos e pardos é 5,3 p.p maior que a dos brancos”, e na escola o baixo rendimento escolar estigmatiza sua trajetória.

[...] na análise por cor ou raça, chama atenção a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pretos ou pardos (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. (IBGE, 2020, p. 01)

É inaceitável que um país segregue descaradamente grupos de pessoas, selecionando quem tem educação de qualidade e quem não tem. Que dividam uns indivíduos para desenvolver a cidadania e outras apenas para provar uma subcidadania, que garanta os direitos para uns e negue para outros. Escolher uma raça para servir e outra para dominar e criar um sistema que garanta que esse projeto será efetivado. Infelizmente, a escola compõe esse sistema com perícia. Um sistema que tem consciência dessa situação e nada faz, age assim de forma a concordar e validar as ações discriminatórias que instala e mantém a desigualdade no país. “As maiores vítimas da repetência têm sido as crianças e adolescentes pobres, mestiços e negros” e “as maiores desigualdades educacionais são encontradas entre ricos e pobres.” (Brasil, 2013, p. 109)

A Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, em seu Art. 3º, Inciso VII apresenta entre seus princípios da alfabetização a “aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania.”. Decifrar a mensagem de um texto, escrever e reconhecer a matemática básica não instrumentaliza o indivíduo, não dar condições para superação da vulnerabilidade tampouco para o exercício pleno da cidadania. A forma como este princípio se apresenta parece dá direcionamentos para a formação de um bom serviçal. Um indivíduo subordinado que dá conta do serviço melhor porque entre todas as suas habilidades, consegue ler, escrever e domina a matemática básica.

Franco; Martins (2019) evidencia o enfoque biologizante e destacam que [...] a alfabetização não é um fenômeno meramente ‘cognitivo’ e/ou ‘pedagógico’, haja vista que ela e o processo de humanização dos indivíduos encontram-se necessariamente imbricados. (Franco; Martins, 2019, p. 168). A criança não é apenas um cérebro, um conjunto de neurônios a ser acessado, estimulado e desenvolvido. Ela é um ser social, que sente fome, quando sua família pobre não consegue alimentá-la. É uma criança que se sente excluída no âmbito escolar por ser pobre e negra. Que tem sua autoestima esfaļalhada diariamente com situações de discriminações e racismos.

Logo na apresentação do Manual do Curso ABC – Alfabetização Baseada em Ciências (Brasil, 2021), o texto parece inaugurar a alfabetização na perspectiva científica no Brasil desconsiderando as inúmeras pesquisas já realizadas na área da alfabetização no país. Com a bandeira “alfabetização baseada em evidências”, a PNA publica um caderno de formação de professores e inicia um processo formativo que desconsidera a criança enquanto indivíduo histórico-social.

A ciência cognitiva da leitura apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas[...]. (Brasil, 2021, p. 07)

Para além de desenvolver uma alfabetização baseada em evidências, é fundamental entender o evidente: que crianças pretas e pobres sofrem na escola com situações diversas que as colocam no lugar do “não saber”. Em volta do cérebro da criança que muitas vezes são vítimas do fracasso escolar, há uma pele negra que sofre com as mazelas da pobreza. E isso precisa ser considerado, para além de pensar a criança como um conjunto biológico e cognitivo é necessário pensá-la como um ser social.

Não tem condições desta pessoa querer avançar, deixando-o sempre calado, amuado, invisível. Não fala da cultura, porque o menino negro que é de Candomblé não pode vestir a roupa branca dentro da escola porque sabe que vai ser retaliado. Que a gente tem vergonha de pegar o livro de história da quinta série e ver nossa história que começa “os escravos”. Ninguém fala dos reis, das rainhas, da resistência. Se todo o modelo que a escola traz é negativo, como ele vai ter rendimento escolar. (Brito, 2019, min. 1:50)

Não é intenção deste artigo anular a ciência ou a influência das pesquisas das “neurociências”, para o processo de desenvolvimento da leitura e da escrita, mas é preciso avançar. Não é possível entender as crianças o seu desenvolvimento sem entender o racismo e as desigualdades sociais gerados por ele. Não é possível concebemos uma educação que desconstrói o negro, desconfigura sua cultura e o rejeita em um sistema que o empobrece ideologicamente. Franco; Martins (2019) corrobora com a discussão quando destacam que [...] a ‘Política’ proposta parece simplesmente denegar que não vivemos numa sociedade equânime, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, e que isso condiciona, inclusive, o que cada família pode e consegue dispensar aos seus filhos. (Franco; Martins, 2019, p. 55)

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS CURRICULARES E AÇÕES PEDAGÓGICAS

A alfabetização defendida aqui é aquela que reconheça os males do racismo na escola e na sociedade e que desde cedo, por meio das primeiras atividades de alfabetização, a criança já entre em contato com textos, materiais, contos que a permita refletir sobre a negritude, sobre

o racismo como uma prática abominável, que valorize as culturas africanas e afro-brasileiras. Uma alfabetização que compreenda a violência das desigualdades sociais, que apoie e cuide das crianças pobres para que elas tenham as mesmas chances que as crianças provenientes de classes mais privilegiadas, que sejam cuidadas e não levadas ao um fracasso que depois serão responsabilizadas.

Na escola, todos, professores, crianças e comunidade escolar, precisamos vivenciar a cultura negra, trazer o branco para o mundo negro. Para além da escravidão, o ser negro precisa ser vivenciado por meio da sua cultura. Não uma cultura para remediar, mas para embeber o homem branco. Não defendo inicialmente uma igualdade, defendo uma desigualdade. Desequilibrar a balança ao contrário, para depois equilibrar as coisas. Chega de embranquecer o negro, é necessário empretecer o branco.

É fundamental aos estudantes brancos, para que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, tenham elementos para compreender culturas que podem eventualmente não conhecer e reconhecer a necessidade de se mobilizar pela igualdade de direitos, compreendendo-a como um produto benéfico para todos. É preciso que estudantes brancos saibam identificar claramente o racismo, para não mais praticá-lo. (Mota, 2021, p. 19)

A defesa que aqui se faz é pela elaboração de um currículo e a seleção de práticas que levem a sério o combate ao racismo por meio de práticas antirracista no desenvolvimento curricular tão violentas quanto o racismo tem sido desde que se essa terra foi colonizada. Dá mais para quem tem menos, desequilibrando a balança da desigualdade e dos privilégios ao contrário do que tem sido. Descontruir a lógica de igualdade para todos. Crianças pobres precisam de mais atenção, de mais materiais, de mais apoio, de mais reforço na aprendizagem.

A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (Freire, 2020, p. 65)

Gomes (2012) nos convoca a descolonizar o currículo tendo como direcionamento a Lei nº 10.639 de 2003. Esta que por sua vez, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Segundo a autora os currículos são rígidos e empobrecidos de conteúdos, e por isso é necessário um "diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos." (p. 102). Para Gomes (2012), a referida lei apresenta novos horizontes para o enfrentamento, para uma mudança estrutural, cultural e política nos currículos.

Gomes (2012) defende veemente:

A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (Gomes, 2012, p. 105)

A Lei nº 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, tem foco na mudança curricular e não consiste por si só em uma política pública de educação antirracista. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e o Conselho Pleno por meio da Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004, junto com a Lei nº 10.639/03, que no parágrafo § 1º inclui no currículo escolar da Educação Básica, “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” Constituem-se como documentos curriculares antirracistas, que vão se materializar na sala de aula como práticas pedagógicas de combate ao racismo por meio do conhecimento e da valorização da cultura africana e afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar.

Apesar dos avanços que essas legislações curriculares apresentam, é necessário destacar que, elas por si só não representam mudanças efetivas no combate ao racismo. É necessário que a escola reconheça inicialmente que fazemos parte da sociedade, e a escola, como parte desta sociedade, por meios dos seus processos pedagógicos, não apenas reproduz, mas reforça o racismo que diariamente fere a dignidade da criança negra. “[...] a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa.” (Gomes, 2012, p. 105). Nessas condições, é fundamental que escola se comprometa com uma educação antirracista, compreendendo a educação como principal meio de promoção de um letramento racial.

Uma alfabetização antirracista educa para a luta, para os movimentos sociais. Uma educação antirracista considera que se os jovens que moram longe da escola, que moram em periferia e tem que enfrentar um percurso maior, vão chegar à escola cansados e não terá o mesmo rendimento. (Brito, 2019). É uma educação que cuida, “é tratar o menino popular carinhosamente, é mostrar que a sua linguagem também é bonita, mas que ela não existe sozinha, que há uma outra forma de falar e de escrever e que essa outra forma também tem sua boniteza.” (Freire, 2020, p. 55)

É necessário agir para conscientizar a sociedade sobre a condição da alfabetização das crianças pobres e negras na escola, porque se não se desenvolve na Educação Básica e não segue para o Ensino Superior em um processo de acúmulo de déficits. A criança que não aprende ler e escrever com autoria (Demo, 2015), com desenvoltura logo nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, segue arrastando nos anos seguintes e quando não é forçado a abandonar a escola conclui o Ensino Fundamental e o Ensino Médio de péssima qualidade. Uma educação que não emancipa, antes o domestica lhe concedendo um trabalho pesado com um salário insignificante que não lhe garante os mínimos direitos fundamentais.

A educação para as relações étnico-raciais é para vencer as desigualdades provenientes do racismo. Deve ser digna na sua forma e conteúdo. Deve garantir que os alunos negros e pobres aprendam igualmente os demais, que tenham acesso a uma educação de qualidade para além do acesso ao prédio escola, mas acesso aos conteúdos curriculares. Que se desenvolva educacionalmente, que também aprenda sobre sua condição sócio-histórica, que envolvam todos nesse processo de conhecimento, conscientes que [...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.” Como enfatiza o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica – DCNs (Brasil, 2013, p. 501)

Os brancos precisam se enegrecer, tendo em vista que há séculos impõem a sua branquitude aos negros. Precisam compreender que “O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam. (Brasil, 2013, p. 501). Que nesse processo de desumanizar o negro, ele também se desumaniza.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (Brasil, 2013, p. 500)

Educar consiste em um processo de reeducação contínua. Esse aprendizado só é possível por meio de uma ação ativa, que não seja apenas teórica, mas que mantenha uma constante ligação com a prática. Reeducação significa revisitar as temáticas frequentemente; o que se aprendeu ontem sobre a história e a cultura afro-brasileira, por exemplo, hoje já se apresenta com novos sentidos. À luz das pesquisas e dos contextos de luta, palavras e expressões ganham novos significados, enquanto outras têm seu preconceito revelado e são abandonadas. Assim, novas palavras surgem para explicar velhos fenômenos e novas percepções.

Reeducar é educar novamente e novamente. E as DCNs nos ajudam a compreender que essa palavra contribui para o entendimento da educação para as relações étnico-raciais em um processo de revisitar o ensino da história africana, afro-brasileira e da negritude no Brasil. Nessas condições, podemos pensar em um caminho para desconstruir mentiras, meias verdades e estereótipos que chegam aos alunos como forma de conhecimento absoluto.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (CNE/CP Resolução 1/2004) propõe práticas educacionais informe, politize e sensibilize os processos pedagógicos (Brasil, 2013, p. 501). Em seu Artigo 5º ainda enfatizam que:

Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (Brasil, 2004)

A preocupação do Artigo 5º é com as condições físicas e pedagógicas relacionadas, mais especificamente a competência e domínio de conteúdo dos professores. Esse artigo diz muito sobre a condições formativas dos professores. A formação de professores tem sido alvo de discussões em busca de um profissional que tenha domínio didático e de conteúdo. Na educação antirracista, compreendida aqui como sendo mais incisiva, propositiva e combativa, esses dois requisitos devem ser bem demarcados.

Faz-se necessário o domínio de conhecimentos relacionados à história e à cultura afro-brasileira, bem como às dinâmicas do racismo e da branquitude no contexto brasileiro. A apropriação desses conteúdos é condição para que o docente desenvolva uma práxis educativa antirracista. No que tange à didática, por meio de intervenções cotidianas, o professor deve identificar e combater atitudes racistas no ambiente escolar. Para além das manifestações explícitas, é imperativo atentar às expressões sutis que se infiltram nas relações interpessoais em sala de aula.

Gomes (2005) salienta a importância da sensibilidade que o educador, ao desenvolver, é capaz de perceber e atuar nas dimensões da formação humana do cotidiano escolar, tais como “a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras” sem necessariamente transformá-las em conteúdo. Segundo Nilma Lino Gomes (2005, p. 147), precisamos superar a “hipocrisia da nossa sociedade diante da situação da população negra e mestiça desse país” e reconhecer que a sociedade brasileira é racista e a escola é racista. Reconhecer, nos formar e nos posicionar para combater, como salienta Lopes (2005):

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. (Lopes, 2005, p. 148)

É o momento de mudança, e o reconhecimento do próprio racismo constitui o passo inicial para a ação. Silva (2005) aponta as manifestações artísticas como estratégias fundamentais para combater o racismo no ambiente escolar. O teatro, a literatura, as artes visuais, a dança, a música e as práticas corporais da Educação Física configuram-se como vias potentes para sensibilizar e refletir sobre uma educação antirracista. Trata-se de integrar as artes e a história ao efetivo cumprimento da legislação.

O Estado, o sistema escolar e a sociedade devem entender que para ensinar a pobreza faz-se necessário gastar muito mais com educação (Freitas, 2007, p. 17). Não se trata de fornecer uma educação pobre para o pobre (Demo, 2007), mas é imprescindível que se invista em novas estratégias pedagógicas, materiais e apoio personalizados às necessidades específicas desses estudantes. Além disso, não se resolve a questão da desigualdade educacional sem pensar na desigualdade racial e social. A primeira se origina na segunda e ganha força na terceira.

[...] a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade. (Almeida, 2019, p. 51)

Temos nas escolas públicas uma população pobre majoritariamente negra. Essas crianças precisam ser respeitadas nas suas especificidades. Não tem cabimento que continuemos aceitar que as crianças e jovens sigam sendo vítimas da desigualdade social, racial e educacional. Não se pode conceber que não se perceba que isso é uma violência vergonhosa que muitos profissionais, ou por não perceber ou por naturalizar atuem no reforço de uma sociedade desigual. Todos, negros e brancos, seres humanos, por uma educação inteligentemente antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo é uma violência para além do que pensamos ser racismo na perspectiva do senso comum. Ele não se dá apenas quando uma pessoa negra é vítima de injúrias racistas ou quando uma pessoa não é escolhida para um serviço devido a cor da sua pele. Antes de prender um negro apenas por ser negro todo um sistema ideológico de racismo já foi colocado em prática e escola tem muito a ver com isso. Esses preconceitos são apenas aqueles escancarados e por isso são punidos, às vezes, pela força da lei.

A escola só enxerga, e pouco age para combater, o racismo do senso comum. Não há letramento nem quaisquer aprofundamentos sobre o tema ainda. O racismo é forte e excludente, foi estruturado e institucionalizado, contaminou as estruturas da sociedade e se apresenta de forma violenta, mas sutil quando produzimos e normalizamos a pobreza e a educação sem qualidade para as para crianças pobres e negras. Quando alfabetizamos e letramos as crianças brancas e privilegiadas e permitimos que as crianças negras e pobres experimentem fragmentos de uma alfabetização. Um arremedo de letramento.

A alfabetização é um bem educacional que é garantido a uns e negado a outros. A pessoa não alfabetizada vota, mas não pode ser votada. Além desse impedimento claro de desenvolvimento da cidadania, o não estar alfabetizado cerceia muitos direitos. Impossibilita o indivíduo acessar e atuar na cultura letrada. O lugar do não saber ler e escrever é claramente limitador em muitos aspectos, mas o pior é que a alfabetização parcialmente garantida já se apresenta como impeditiva de desenvolvimento educacional e profissional logo no início da sua caminhada garantido a essas crianças um lugar margeado na sociedade.

Uma educação que adestra, que domestica a mente e as ideias não nos interessa. É indispensável que a educação com vista a vencer o racismo na escola e proporcionar aprendizagem para as crianças negras e pobres seja desenvolvida na perspectiva da emancipação. As crianças e os jovens negros e pobres não podem aprender a serem passivos, mas sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Um conhecimento construído para a conscientização, mas principalmente para a ação. Para a transformação das realidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

_____. História da discriminação racial na educação brasileira. Escola da Vila. Palestra em vídeo. **Tamanho 1 hora 48 minutos 06 segundos**. São Paulo: YouTube, 2018. Disponível em: https://youtu.be/gwMRRVP1_Yw. Acesso 13 de set. de 2022.

BENTO, M. A.S. Notas sobre a branquitude nas instituições. In: SILVA, M. L. da et al (Org.). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

BRASIL. Alfabetização Baseada na Ciência: Manual do Curso ABC. Isabel Alçada... [et al.]; organizado por Rui Alexandre Alves, Isabel Leite; coordenado por Carlos Francisco de Paula Nadalim. Brasília. Ministério da Educação (MEC); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA política nacional de alfabetização. Brasília, DF, 2019

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. In: BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série legislação; n. 263 PDF)

_____. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno (CNE/CP Resolução 1/2004)**. Brasília: MEC/ CNE, 2004.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. In: BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRITO, Benilda. O racismo é perigoso na educação das crianças. 5:09 min. Canal Preto: 2019. Disponível em: <https://youtu.be/KZGNu4NcWLS>. Acesso em 04 de setembro de 2022.

DEMO, Pedro. Educação: Coisa pobre para o pobre. Ensaio: 2007. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2007/10/educacao-coisa-pobre-para-o-pobre.html>. Acesso em 16 de set. de 2022.

_____. **Aprender como Autor**. São Paulo: Gen, 2015.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. **Renato da Silveira**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANCO, Adriana de Fátima, MARTINS, Lígia Márcia. Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA). **[recurso digital]**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2021.

FREIRE, Paulo. Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. **Organizadores:** Ana Maria Araújo Freire e Erasto Fortes Mendonça. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, L.C. Eliminação Adiada: novas formas de exclusão introduzidas pelas reformas. **Pro-Posições**, v. 16, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/Acesso> em 10 de set, de 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. Educação & Sociedade [online]. **2007**, v. 28, n. 100, pp. 965-987. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na escola. 2 ed. revis.

Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículos sem fronteiras**, v.12, n. 01, 2012.

GIL. Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. IBGE: 2020. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 01 de Set de 2022.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na escola. 2 ed. revis. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MIRANDA, Laisla Suelen; SANTOS, José Francisco dos. Notas sobre branquitude, privilégios e negação do racismo. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 2, n. 8, 2021.

MOTA, Thiago Henrique. Ensino antirracista na educação básica: uma introdução. In: _____ (Org.). **Ensino antirracista na Educação Básica**: da formação de professores às práticas escolares [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivista. **Griot - Revista de Filosofia**, v. 4., n.2, 2011.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 18: 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2 ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkè. Jornada pela academia. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

SILVA, Maria José Lopes da. As Artes e a Diversidade Étnico-Cultural na Escola Básica. In: MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na escola. 2 ed. revis. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: a racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Submetido em: 4 de abril de 2026.

Aprovado em: 29 de julho de 2026.

Publicado em: 23 de agosto de 2026.